

Congresso cancela recesso para Senado julgar Collor

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), anunciou ontem oficialmente o cancelamento do recesso parlamentar de final do ano. O Congresso será convocado extraordinariamente, entre os dias 16 e 31 de Janeiro, para que o Senado prossiga com o julgamento do presidente afastado Fernando Collor. Além de dar continuidade ao processo de impeachment, os parlamentares devem votar mudanças no orçamento e o ajuste fiscal. Estas duas matérias terão que ser discutidas e votadas até 31 de dezembro.

Benevides disse que a convocação do Congresso foi decidida porque a possibilidade de renúncia do presidente Collor está definitivamente afastada. Ele admitiu que a renúncia chegou a ser cogitada no início da transição de governo, numa articulação do en-

tão ministro da Justiça, Célio Borja. "Agora que esta hipótese está afastada, não podemos admitir interromper o processo de impeachment em janeiro". Benevides disse também que, a princípio, não vai estender a convocação extraordinária até 14 de fevereiro porque o julgamento, na opinião dele, vai terminar em janeiro.

O presidente do Congresso informou que nos primeiros dias de dezembro a Câmara vai divulgar a pauta dos trabalhos para o período de convocação extraordinária, já que não é possível interromper o recesso apenas de uma das Casas. Essa pauta vai começar a ser discutida, nos próximos dias, pelo presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e as lideranças dos partidos.

Rito — A comissão do impeachment no Senado reúne-se às

10h de hoje com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sydney Sanches, para discutir o rito estabelecido por ele para o processo. Na reunião, secreta, alguns senadores — José Paulo Bisol (PSB-RS) à frente — deverão apresentar objeções quanto à possibilidade de o rito prolongar o processo além dos 180 dias previstos pela Constituição como prazo máximo para o afastamento do Presidente da República, o que permitiria a Fernando Collor reassumir o cargo e nele enfrentar o julgamento.

Sydney Sanches, segundo alguns de seus amigos, deverá tranquilizar os senadores, esclarecendo que o rito processual foi elaborado de modo a permitir ao presidente afastado o pleno exercício do direito de defesa, mas sem lançar mão de procedimentos meramente protelatórios.